

**Parecer:**

Concordo com a informação em apreço, bem como com as propostas nela constantes.

Ao órgão competente para autorização da realização da despesa e abertura do procedimento.

**Despacho:**

Concordo.

À Câmara Municipal, para autorização da realização da despesa e abertura do procedimento, nos termos propostos, bem como a aprovação das peças procedimentais.

Proceder às diligências necessárias.

**INFORMAÇÃO | INÍCIO DO PROCEDIMENTO****Considerando:**

- A proposta de aquisição externa do serviço requisitante – Divisão de Manutenção do Espaço Público - (DIMEP) - (NIPG 13258/2025 – PAQ 462/2025), na qual identifica a necessidade de celebrar um contrato de aquisição de bens, com vista a contratar o **fornecimento de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolina e gasóleo – Com cartão eletrónico de abastecimento** (código de CPV 09130000 – Petróleo e destilados), para abastecimento da frota automóvel e máquinas aos serviços do Município de Leiria, sustentada no facto de o Município não dispor de meios que possam assegurar esta necessidade;
- A existência do Acordo Quadro 2/2022 – CC-CIMRL, para o fornecimento de combustíveis rodoviários – **Lote 1 Aquisição de Combustíveis Rodoviários, em Posto de Abastecimento Públicos**, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria;
- Que nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) a entidade adjudicante deve convidar a apresentar propostas os cocontratantes do Acordo Quadro, que reúnam as condições necessárias para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar;
- A adesão do Município de Leiria à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, conforme deliberação da Câmara Municipal de 02 de outubro de 2012 (deliberação n.º 21/2012).

**Propõe o serviço requisitante (DIMEP)** que seja desencadeado o procedimento de consulta prévia ao abrigo do Acordo Quadro 2/2022 – CC-CIMRL – Fornecimento de Combustíveis Rodoviários, nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08, de 29 de janeiro, alterado, para a contratação de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, nos termos abaixo expostos.

**Do procedimento de contratação:**

1. O contrato a celebrar não se encontra sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos dos artigos 46.º e 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada.
2. Para efeitos legalidade e regularidade financeira da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder **€417.018,00** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, compatibilização a satisfazer pelas classificações orgânicas e económicas 02/02010201 e 02/02010202, Plano – 2025-A-8, conforme proposta de cabimento n.º 2328/2025 autorizada em 02/05/2025, de acordo com os valores constantes da tabela abaixo:



## Divisão de Contratação Pública

Bem	Valor 2025	Valor 2026	Valor 2027	TOTAL
Gasóleo	€21.980,70	€169.565,40	€122.463,90	€314.010,00
Gasolina	€7.210,56	€55.624,32	€40.173,12	€103.008,00
<b>Total:</b>	<b>€29.191,26</b>	<b>€225.189,72</b>	<b>162.637,02</b>	<b>€417.018,00</b>
<b>Nota:</b> Acresce IVA à taxa legal em vigor				

3. Trata-se de um compromisso plurianual enquadrado na autorização genérica da Assembleia Municipal de Leiria, deliberada na sua sessão de 13 de dezembro de 2024, aquando da aprovação dos documentos previsionais para 2025, com reforço ao Plano de Atividades, 2025-A-8 para os anos de 2026 e 2027, efetuado através de 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento, deliberada na sessão da Assembleia Municipal de Leiria, em 29/04/2025, contemplando as classificações, orgânica/económicas – 02/02010201 e 02/02010202.

4. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP, a não contratação por lotes foi fundamentada pelo serviço requisitante, nos seguintes termos:

*“A centralização da aquisição a uma só entidade, resultará num controle mais eficaz e eficiente do procedimento.”*

5. Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal, a aprovação das peças do procedimento em conformidade com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º, 197/99, de 8 de junho, alterado, das quais se destaca:

- **Não fixação de preço base**, uma vez que apenas será submetido à concorrência o valor do desconto unitário a aplicar ao preço de referência do litro de gasóleo e gasolina, de acordo com os modelos constantes das tabelas do Anexo III do programa do procedimento do Acordo Quadro 2/2022 da CIMRL;
- Fixação de um valor contratual máximo de **€417.018,00**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, distribuído da seguinte forma:
  - Gasóleo – €314.010,00;
  - Gasolina – €103.008,00.
- O contrato tem início no dia seguinte à data da sua assinatura e vigorará pelo prazo de 24 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, de acordo com os seguintes fatores e subfatores, propostos pelo serviço requisitante DIMEP, que em síntese a seguir se representa e que estão melhor descritos no Regulamento de Avaliação de Propostas anexo ao Ofício Convite:

Fator	Subfactor	Ponderação	
<b>P: Preço</b>	P: Valor do desconto unitário por tipo de combustível (gasolina e gasóleo).	<b>70%</b>	
<b>CG: Cobertura Geográfica</b>	CG1: N.º de postos de abastecimento (próprios ou de terceiros que aceitem os cartões do concorrente) no concelho.	80%	<b>30%</b>
	CG2: N.º de postos de abastecimento (próprios ou de terceiros que aceitem os cartões do concorrente) no território nacional.	20%	
<b>TOTAL:</b>		<b>100%</b>	
As propostas dos concorrentes serão analisadas e avaliadas e, em função disso, hierarquizadas por ordem decrescente de pontuação, calculada de acordo com a fórmula seguinte:			
<b>PF = 70% x P + 30% x CG</b>			



## Divisão de Contratação Pública

6. Relativamente à tramitação procedimental, propõe-se, nos termos do artigo 259.º do CCP, que seja dirigido um convite à apresentação de propostas aos cocontratantes do Lote 1 do Acordo Quadro n.º 2/2022 da CIMRL, a saber:

- A. **Lubriful – Combustíveis e Lubrificantes, Lda.**; NIPC 508 306 000; CAE 46711 (Comércio por grosso de produtos petrolíferos);
- B. **B2 MOBILITY, GMBH.**; NIPC 980 622 212; CAE 96.09.0 conforme consta da certidão permanente emitida pelas entidades alemãs e traduzida para língua portuguesa, por tradutora licenciada e autorizada pelo presidente do Tribunal Regional de Estugarda.
- C. **Prio Energy, S.A.**; NIPC 507 872 525 CAE 46711 (Comércio por grosso de produtos petrolíferos);
- D. **Petrogal, S.A.**; NIPC 500 697 370; CAE 19201 (Fabricação de produtos petrolíferos refinados);
- E. **Repsol Portuguesa, Lda.**; NIPC 500 246 963; CAE 46711 (Comércio por grosso de produtos petrolíferos).

7. Quanto ao modo de apresentação de propostas propõe-se que a entrega ocorra na plataforma eletrónica – anoGov - <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces> nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 62.º do CCP.

8. Para condução do procedimento, propõe-se que sejam indicados para a constituição do Júri do procedimento e técnicos procedimentais, os seguintes elementos:

Elementos do júri do procedimento:

- Tiago Antunes (Presidente)
- Andreia Alecrim (Vogal Efetivo)
- João Gomes (Vogal Efetivo)
- George Silva (Vogal Suplente)
- Paulo Pinéu (Vogal Suplente)
- Diogo Oliveira (Vogal Suplente)
- Cristiana Gaspar (Vogal Suplente)

Técnicos procedimentais:

- Isabel Marto
- Erica Craveiro
- Isabel Sampaio
- Beatriz Azinhais
- José Areia
- Rute Anastácio
- Ana Serra
- Susana Vieira
- Cristiana Gaspar
- Neuza Frazão

9. Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado pelo Técnico Superior afeto à Divisão de Manutenção do Espaço Público - (DIMEP), enquanto Gestor do Contrato.

10. Dando cumprimento ao estatuído no n.º 5 do artigo 67.º e no n.º 7 do artigo 290.º-A, ambos do CCP, antes do início de funções, os elementos propostos para júri do procedimento e para gestor do contrato, respetivamente, terão de subscrever uma declaração de inexistência de conflitos de interesse, conforme modelos previstos no Anexo XIII ao CCP.

11. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), propõe-se que seja delegada no Júri nomeado a competência de prestação de esclarecimentos (artigo 50.º do CCP), que não impliquem retificações às peças do procedimento.



Divisão de Contratação Pública

---

**12.** Fazem parte da presente informação os seguintes documentos em anexo: o Ofício Convite e o Caderno de Encargos.

O órgão competente toma a decisão de contratar e de autorizar a respetiva despesa, nos termos do artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b), do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro.

À consideração superior.

A Gestora do Processo,



**Exmo(s). Senhor(es) Administrador(es) / Gerente(s)**  
**Na(s) pessoa(s) do(s) seu(s) representante(s) legal(is)**

**N/ ref.º:** NIPG 13258/2025 – PAQ 462/2025

**ASSUNTO:** Convite à apresentação de proposta

**Consulta Prévia n.º 23/2025/DICP –Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolina e gasóleo – Com cartão eletrónico de abastecimento ao abrigo do Acordo Quadro [AQ 2/2022 – CIMRL – Lote 1], celebrado pela CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (código CPV 09130000)**

### **I – ENTIDADE ADJUDICANTE**

A entidade adjudicante é o Município de Leiria, sita em Largo da República, 2414-006 Leiria, com o número de telefone 244 839 545 e com o endereço de correio eletrónico [aprovisionamento@cm-leiria.pt](mailto:aprovisionamento@cm-leiria.pt) e plataforma eletrónica com endereço <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces>.

### **II – DECISÃO DE CONTRATAR**

1. A autorização de abertura do procedimento foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Leiria de \_\_/\_\_/2025, ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro

2. Trata-se de um compromisso plurianual enquadrado na autorização genérica da Assembleia Municipal de Leiria, deliberada na sua sessão de 13 de dezembro de 2024, aquando da aprovação dos documentos previsionais para 2025, com reforço ao Plano de Atividades, 2025-A-8 para os anos de 2026 e 2027, efetuado através de 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento, deliberada na sessão da Assembleia Municipal de Leiria, em 29/04/2025, contemplando as classificações, orgânica/económicas – 02/02010201 e 02/02010202.

### **III – PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO**

A presente consulta prévia é efetuada ao abrigo do acordo quadro 2/2022 - fornecimento de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos – **Lote 1**, celebrado pela CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

### **IV – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos, bem como a lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, devem ser colocados na plataforma eletrónica com endereço <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces>., no **primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.

2. Os esclarecimentos serão prestados pelo Júri do Procedimento, através da plataforma eletrónica referida o número anterior, até ao dia anterior ao termo do prazo para apresentação de propostas, nos termos do artigo 116.º do CCP, uma vez que aquele prazo é inferior a 9 dias.

3. No prazo definido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e omissões, bem como proceder às retificações sobre as peças procedimentais.

4. Os esclarecimentos e as retificações farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.



## V – PROPOSTA

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta o concorrente deverá indicar o valor do **desconto unitário a aplicar ao preço de referência do litro** de gasóleo/gasolina, de acordo com o **Anexo III**.
3. O desconto unitário referido no ponto anterior não pode, em caso algum, ser inferior ao estabelecido na fase de seleção do acordo quadro.
4. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos, e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto.
5. As propostas terão de ser apresentadas na plataforma eletrónica, com o endereço <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces>, contendo **assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito**, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
6. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.
7. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
8. São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.
9. Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

## VI – DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I (de acordo com alterações em vigor desde 20.06.2021)**;
  - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:

**Proposta de descontos mínimos (por litro de combustível rodoviário), indicados até à quarta casa decimal, utilizando o Anexo III (ficheiro em excel anexo);**

**Elementos para avaliação da proposta**, de acordo com o **Anexo IV e V** do presente ofício.
  - c) **Fichas técnicas dos produtos** e, em caso de necessidade, a Ficha Técnica de Dados de Segurança, devendo estas conter os itens definidos na legislação aplicável;
  - d) **Listagem de postos de abastecimento.**
2. Poderá ser junto à proposta a **certidão do registo comercial** (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
3. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, conjugado com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, por remissão do n.º 4 do artigo 62.º, também do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Todos os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
6. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.



## VII – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica com endereço <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces>, até às **23h59 do 9.º dia** a contar da data de notificação do convite (data e hora referidas na referida plataforma).
2. As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas na alínea anterior.
3. O concorrente deverá prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 do presente ponto.

## VIII - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O prazo da obrigação de manutenção da proposta será de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## IX – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes do artigo 70.º e dos n.ºs 2 e 3 do 146.º do CCP.
2. A adulteração do anexo III (Proposta de descontos unitários) disponibilizado pela entidade adjudicante, no que diz respeito à forma e/ou à falta de apresentação dos conteúdos e/ou dos cálculos solicitados, é suscetível de constituir também causa de exclusão da proposta.
3. Na análise das propostas o júri do procedimento terá em consideração os documentos exigidos no presente convite, bem como quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, que contenham os atributos da proposta e que o concorrente considere indispensáveis para avaliação da mesma.

## X – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será efetuada, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, conforme regulamento constante do **Anexo IV** ao presente Ofício Convite.

## XI – NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar à negociação das propostas.

## XII – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

1. O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 5 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*:
  - a) **Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP**, conforme modelo constante do **anexo II** do presente ofício convite (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos - [de acordo com alterações em vigor desde 20.06.2021](#));
  - b) Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Declaração de situação regularizada relativamente a **impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - d) **Certificado(s) de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, **da entidade, bem como de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções**, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
  - e) **Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar** (certidão permanente ou documento equivalente);



f) **Declaração ou código de acesso do Registo Central do Beneficiário Efetivo da Entidade** Adjudicatária.

2. O adjudicatário deverá, ainda, no mesmo prazo, entregar os seguintes elementos indispensáveis à outorga do contrato:

- a) N.º de Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade / N.º de Contribuinte / Naturalidade e residência da(s) pessoa(s) que intervêm no contrato;
- b) Documento(s) comprovativo(s) de que a pessoa que intervém no contrato tem poderes para tal.

3. Podem ainda ser solicitados, pelo órgão competente, ao adjudicatário quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo razoável para o efeito.

4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

5. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas a) a c) do n.º 1, ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.

6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, por um período não superior a cinco dias.

7. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário ao abrigo do número anterior, suscetíveis de motivar a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, será concedido, para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º deste diploma legal, um **prazo adicional de 2 dias úteis** destinado ao suprimento das mesmas.

8. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

9. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

### XIII – CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação caduca quando:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos artigos 86.º, 87.º e 87.º-A do CCP;
- b) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para outorga do contrato ou não remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado pelo órgão competente, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 105.º do CCP;
- c) O adjudicatário não confirmar os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP;
- d) Se verificar a ocorrência de circunstâncias supervenientes que inviabilizem a celebração do contrato, nos termos do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

### XIV - ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário depois de aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.

2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

### XV - RECLAMAÇÃO CONTRA A MINUTA

1 - Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.

2- Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no **prazo de 2 dias**, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

**XVI - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ESCRITO**

1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- b) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

2. A entidade pública contratante comunicará ao adjudicatário:

- a) Com a antecedência mínima de cinco dias úteis, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato, no caso de assinatura presencial; ou
- b) Num prazo não inferior a 3 dias úteis, o prazo para outorga e remessa do contrato, no caso de assinatura por meios eletrónicos, sendo esta considerada a modalidade preferencial por parte do Município de Leiria.

**XVII – CADERNO DE ENCARGOS**

O Caderno de Encargos faz parte integrante do presente convite.

**XVIII- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o que o presente convite for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL / A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

Gestora do processo: Isabel Marto

2025/04/04/MS/ Minutado: IM Revisto: MS



---

**ANEXOS**

- Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
- Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
- Anexo III – Modelo de Proposta de descontos mínimos, por litro de combustível rodoviário, (ficheiro em excel)
- Anexo IV – Regulamento de avaliação das propostas
- Anexo V – Modelo para apresentação dos elementos para avaliação da proposta

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a)...

b)...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código**.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(3)</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

<sup>(4)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos**.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(5)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

<sup>(3)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(4)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

<sup>(5)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]**



**ANEXO III**

---

**Proposta de descontos mínimos**  
**[Ficheiro em excel]**



## REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

### Capítulo I - Disposições Gerais

#### Cláusula 1ª | Regulamento

O presente regulamento visa definir o enquadramento procedimental, organizacional e metodológico para a apreciação, análise, avaliação e classificação das propostas, com vista à formulação de uma proposta de decisão final do procedimento a submeter ao órgão competente para autorizar a realização da despesa, doravante identificada por entidade adjudicante.

#### Cláusula 2ª | Objeto do regulamento

Para efeitos de análise das propostas serão considerados os documentos apresentados pelos concorrentes sem prejuízo do júri do procedimento solicitar esclarecimentos nos termos do artigo 72.º do CCP.

### Capítulo II – Análise e Avaliação das Propostas

#### Cláusula 3ª | Objetivo

1. As propostas serão analisadas e avaliadas em função dos seguintes fatores e subfactores:

Fator	Subfactor	Ponderação	
<b>P: Preço</b>	P: Valor do desconto unitário por tipo de combustível (gasolina e gasóleo)	<b>70%</b>	
<b>CG: Cobertura Geográfica</b>	CG1: N.º de postos de abastecimento (próprios ou de terceiros que aceitem os cartões do concorrente) no concelho	80%	<b>30%</b>
	CG2: N.º de postos de abastecimento (próprios ou de terceiros que aceitem os cartões do concorrente) no território nacional	20%	
<b>TOTAL</b>		<b>100%</b>	

2. As propostas dos concorrentes serão analisadas e avaliadas e, em função disso, hierarquizadas por ordem decrescente de pontuação, calculada de acordo com a fórmula seguinte:

$$PF = 70\% \times P + 30\% \times CG$$

Em que,

**P** é a pontuação atribuída ao preço proposto;

**CG** é a pontuação atribuída à cobertura geográfica.

3. A proposta economicamente mais vantajosa corresponderá à que obtiver melhor pontuação final, arredondada até à quarta casa decimal.



#### Cláusula 4ª | Metodologia de Avaliação – Fator Preço (P)

1. O fator Preço será avaliado de acordo com os seguintes intervalos:

Desconto	Pontuação
€0,0500 - €0,0799	25
€0,0800 - €0,1099	50
€0,1100 - €0,1399	75
€0,1400 ou mais	100

2. Para efeitos do disposto no número anterior, as propostas com melhor desconto unitário serão determinadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$90\% \times P_{\text{Gasóleo}} + 10\% \times P_{\text{Gasolina}}$$

Onde:

**P<sub>Gasóleo</sub>** é a pontuação correspondente ao desconto proposto por litro de gasóleo;  
**P<sub>Gasolina</sub>** é a pontuação correspondente ao desconto proposto por litro de gasolina.

3. Serão excluídas as propostas cujo desconto proposto seja inferior ao abrigo do Acordo Quadro 02/2022 da CIMRL.

#### Cláusula 5.ª | Metodologia de Avaliação – Fator Cobertura Geográfica (CG)

1. O fator CG será preenchido pelos dois fatores indicados no n.º 2 da presente cláusula, que participarão nas percentagens também ali indicadas para a pontuação final das propostas naquele fator, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CG = 80\% \times CG1 + 20\% \times CG2$$

2. A avaliação das propostas em face do fator Cobertura Geográfica será operacionalizada pela subsunção das mesmas aos descritores seguintes:

a) **CG1**: Este subfator pretende avaliar o n.º de postos de abastecimento existentes no concelho de Leiria, sendo a avaliação efectuada do seguinte modo:

CG1: N.º de postos de abastecimento (próprios ou de terceiros que aceitem os cartões do concorrente) no <u>concelho de Leiria</u>	Pontuação
De 1 a 4 postos de abastecimento	25
De 5 a 8 postos de abastecimento	50
De 9 a 11 postos de abastecimento	75
Acima de 12 postos de abastecimento	100

b) **CG2**: Este subfator pretende avaliar o n.º de postos de abastecimento existentes no território nacional, sendo a avaliação efetuada do seguinte modo:

CG2: N.º de postos de abastecimento (próprios ou de terceiros que aceitem os cartões do concorrente) no <u>território nacional</u>	Pontuação
Até 200 postos de abastecimento	25
De 201 a 400 postos de abastecimento	50
De 401 a 600 postos de abastecimento	75
Acima de 600 postos de abastecimento	100

**Cláusula 6.ª | Classificação das propostas**

1. A ordenação das propostas será efetuada de acordo com o ponto 2 da cláusula 3.ª do presente anexo.
2. A ordenação das propostas que se encontrem em igualdade de pontuação é efetuada, de forma decrescente, em função da pontuação obtida por cada uma delas no fator Preço.
3. Subsistindo o empate, a ordenação daquelas é efetuada de forma decrescente, pela pontuação obtida por cada uma delas no fator Cobertura Geográfica.
4. Caso o empate subsista, será realizado um sorteio, a realizar em ato público a convocar pelo júri do procedimento, por forma a selecionar a proposta a adjudicar.

**Cláusula 7.ª | Relatório Preliminar**

O júri do procedimento, com base nas propostas e na análise que às mesmas tiver realizado, elaborará fundamentadamente o relatório preliminar, nos termos do artigo 122.º do CCP, que documentará os trabalhos executados pela comissão, a apreciação efetuada e o modo com foi avaliado o mérito de cada uma das propostas, em face do critério de análise previsto no Ofício Convite, e estabelecerá, com aquele fundamento, a classificação das propostas dos concorrentes por ordem decrescente de mérito.

**Cláusula 8.ª | Audiência Prévia**

O júri do procedimento submeterá o Relatório Preliminar à audiência prévia dos concorrentes, concedendo-lhes, para o efeito, o prazo de 3 dias úteis, nos termos do artigo 123.º do CCP.

**Cláusula 9.ª | Relatório Final**

Ponderadas as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, se existirem, o júri do procedimento elaborará um relatório final fundamentado, nos termos do disposto no artigo 124.º do CCP, no qual indicará o objeto do procedimento e o seu conteúdo e formulará uma proposta de decisão final do procedimento.



## ANEXO V

## ELEMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

<b>CG1: N.º de postos de abastecimento (próprios ou de terceiros que aceitem os cartões do concorrente) no <u>concelho de Leiria</u></b>	
N.º de Postos de Abastecimento no concelho de Leiria	

  

<b>CG2: N.º de postos de abastecimento (próprios ou de terceiros que aceitem os cartões do concorrente) no <u>território nacional</u></b>	
N.º de Postos de Abastecimento no território nacional	

**CONSULTA PRÉVIA N.º 23/2025/DICP**

**Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolinas e gasóleo – com cartão eletrónico de abastecimento, na modalidade de fornecimento contínuo - Convite ao abrigo do Acordo Quadro n.º 2/2022**

**CADERNO DE ENCARGOS****Parte I - Cláusulas Jurídicas****Capítulo I - Disposições gerais****Cláusula 1.ª | Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolinas e gasóleo – com cartão eletrónico de abastecimento, na modalidade de prestação de serviços contínuos**, ao abrigo do Acordo Quadro [AQ 2/2022], celebrado pela CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

**Cláusula 2.ª | Contrato**

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
- f) O caderno de encargos do Acordo Quadro 2/2022 – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL).

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

**Cláusula 3.ª | Gestor do contrato**

Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado por Técnico Superior afeto à Divisão de Manutenção do Espaço Público, enquanto Gestor de Contrato.

**Cláusula 4.ª | Duração do contrato**

1 - O contrato tem início no dia seguinte à data da sua assinatura e vigorará pelo prazo de 24 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



2 - O contrato cessará assim que se atingir primeiramente uma das seguintes situações:

- a) O preço contratual;
- b) O prazo referido no n.º 3;
- c) O saldo remanescente do contrato seja manifestamente insuficiente para a satisfação das necessidades imediatas do Município.

## Capítulo II - Obrigações contratuais

### Secção I | Obrigações do fornecedor

#### Subsecção I | Disposições gerais

#### Cláusula 5.ª | Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de fornecer os bens ao Município de Leiria, conforme as características técnicas e requisitos mínimos constantes do caderno de encargos do Acordo Quadro e com as especificações do presente caderno de encargos;
- b) Obrigação de emitir cartões eletrónicos de abastecimento por viatura, sem custos para o Município de Leiria, que deverão ser disponibilizados no período máximo de 8 (oito) dias úteis, após a requisição dos mesmos, nos termos do disposto na cláusula 3.ª da Parte II do presente caderno de encargos;
- c) Obrigação de remeter ao Município de Leiria os relatórios de gestão definidos na cláusula 5.ª da parte II do presente caderno de encargos, com a periodicidade definida na mesma;
- d) Obrigação de comunicar a nomeação do gestor de cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- e) Obrigação de comunicar antecipadamente ao Município de Leiria os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos produtos, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- f) Obrigação de não alterar as condições de fornecimento dos produtos;
- g) Obrigação de não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização do Município de Leiria;
- h) Obrigação de prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os produtos, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- i) Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- j) Obrigação de comunicar ao Município de Leiria a nomeação do gestor de cliente e quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
- k) Obrigação de o adjudicatário recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados a execução do contrato;
- l) Obrigação de possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- m) Obrigação de comunicar antecipadamente ao Município de Leiria os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações.

#### Cláusula 6.ª | Conformidade e operacionalidade dos bens

1 - O fornecedor obrigar-se-á a fornecer ao contraente público os bens objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2 - Os bens objeto do contrato deverão ser fornecidos em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.



3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 - O fornecedor será responsável perante o Município de Leiria por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são fornecidos.

## Subsecção II | Dever de sigilo

### Cláusula 7.ª | Informação e sigilo

1. O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

3. O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

## Secção II | Obrigações do Município de Leiria

### Cláusula 8.ª | Preço contratual

1 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Leiria deverá pagar ao fornecedor **o preço por litro de venda ao público, deduzido do desconto unitário acordado**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos da Parte II do presente Caderno de Encargos e de acordo com a percentagem de descontos mínimos da proposta adjudicada.

2 - A formação do preço dos combustíveis rodoviários objeto do presente contrato resulta da aplicação do desconto unitário acordado ao preço de referência do litro de combustível.

3 - Os descontos unitários a aplicar sobre os combustíveis objeto do contrato não poderão ser inferiores aos estabelecidos no acordo quadro 2/2022 da CIMRL – Combustíveis Rodoviários.

4 - O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### Cláusula 9.ª | Condições de pagamento

1 - As quantias devidas pelo Município de Leiria, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção, pelo contraente público, das respetivas faturas, no prazo de 30 dias, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - As faturas deverão ser enviadas para o Município de Leiria – Divisão Financeira, Largo da República, 2414-006 Leiria, ou para o e-mail [financeira@cm-leiria.pt](mailto:financeira@cm-leiria.pt), com a indicação do número do Pedido de Fornecimento (PFO) e do respetivo compromisso, da seguinte forma:

<b>01.01.2025 a 31.12.2025*</b>	Faturas em formato PDF	Através de correio eletrónico <a href="mailto:financeira@cm-leiria.pt">financeira@cm-leiria.pt</a>
	Faturação eletrónica	Através solução EDI, via plataforma SaphetyDoc ( <a href="http://www.saphety.com">www.saphety.com</a> )

(\*) A partir desta data deixam de ser aceites faturas em formato PDF.



3 - Para os efeitos do disposto no n.º 1, a obrigação considerar-se-á vencida com o fornecimento de combustíveis objeto do contrato, de acordo com o PFO.

4 - Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes, não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.

5 - Em caso de discordância por parte do Município de Leiria, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6 - Desde que devidamente emitidas as faturas e observado o disposto no n.º 1, os pagamentos serão efetuados preferencialmente através de transferência bancária.

### Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

#### Cláusula 10.ª | Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Leiria poderá aplicar ao fornecedor o seguinte regime de penalidades, nos termos do previsto para o Lote 1 no acordo quadro 2/2022 da CIMRL:

i) Incumprimento na entrega dos cartões eletrónicos (cláusula 3.ª da Parte II) – em caso de incumprimento será aplicada uma sanção calculada da seguinte forma:

$$VS (\text{€}) = 25 \times c \times t$$

Sendo:

VS (€) = Valor da sanção em euros;

c = número de cartões em falta;

t = número de dias de incumprimento;

ii) Incumprimento na apresentação dos relatórios de gestão (cláusula 5.ª da Parte II) – em caso de incumprimento será aplicada uma sanção pecuniária de €200,00 por relatório não entregue.

2 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Leiria exija uma indemnização pelo dano excedente.

3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Leiria poderá exigir a este o pagamento de uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.

4 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Leiria decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

5 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Leiria terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

#### Cláusula 11.ª | Força maior

1 - A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao fornecedor.

2 - Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3 – Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4 - Não constituirão casos de força maior:

a) As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

c) As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo fornecedor;



- d) Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor, não resultantes de sabotagem;
- f) Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior poderá determinar a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior (mediante recalendarização acordada entre o Município de Leiria e o fornecedor do bem) ou o cancelamento do fornecimento do bem, decisão que fica na disponibilidade do Município de Leiria, não podendo ser atribuídas quaisquer responsabilidades, mormente indemnizatórias, à entidade adjudicante decorrentes da prorrogação ou do cancelamento do fornecimento de bens.

#### Cláusula 12.ª | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Leiria poderá, conforme disposto no Acordo Quadro n.º 2/2022, resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das suas obrigações.

2. Para efeitos do presente artigo, sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se existir incumprimento definitivo em caso de verificação de qualquer das seguintes situações, em relação a cada uma das entidades fornecedoras:

- a) Não satisfação das especificações técnicas do produto conforme legislação em vigor;
- b) Não satisfação dos níveis de serviço conforme expresso no presente caderno de encargos e nos contratos de aquisição;
- c) Ocorrência de dois incidentes durante a vigência dos acordos quadro e dos contratos de aquisição, dos quais resultem danos materiais e/ou humanos por causa imputável à entidade fornecedora;
- d) Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
- e) Incumprimento, por parte do Fornecedor, das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
- f) Falsas declarações.

3. O exercício do direito de resolução terá lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade fornecedora em causa, da qual conste a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela entidade adquirente em causa.

4. A resolução dos contratos de aquisição não prejudica o direito à indemnização que caiba às entidades adquirentes, nos termos gerais do direito.

### Capítulo IV – Seguros

#### Cláusula 13.ª | Seguros

1. Serão da exclusiva responsabilidade do fornecedor todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente a relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

2. O Município de Leiria poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 dias úteis.

### Capítulo V - Proteção de dados pessoais

#### Cláusula 14.ª | Proteção de dados pessoais



- 1 - O cocontratante obriga-se a cumprir o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 de 27 de abril de 2016, doravante designado abreviadamente por RGPD, as respetivas normas nacionais de execução e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, da sua segurança e das relações com o contraente público, na qualidade de Responsável pelo Tratamento.
- 2 - O cocontratante obriga-se ainda a tratar os dados pessoais a que tenha acesso por força e no âmbito do contrato, de acordo com as finalidades, os meios, as medidas técnicas e organizativas e de segurança, bem como as demais obrigações previamente definidas pelo contraente público constantes do presente caderno de encargos, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios.
- 3 - Garantir que são adotadas e executadas as medidas técnicas e organizativas adequadas, por forma a que o tratamento de dados pessoais satisfaça os requisitos do RGPD e demais legislação nacional aplicável, e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
- 4 - O cocontratante obriga-se a tomar em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência ao contraente público através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos previstos no capítulo III do RGPD.
- 5 - Prestar assistência ao contraente público caso seja necessário disponibilizar aos titulares dos dados pessoais informação sobre os seus dados pessoais, prestando toda a colaboração de que o contraente público careça para esclarecer qualquer questão relacionada com a proteção de dados pessoais.
- 6 - Colaborar com a entidade no sentido da adoção de medidas de resposta ao incidente, na investigação do mesmo e na elaboração das notificações que se mostrem necessárias nos termos da lei.
- 7 - Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
  - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
  - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
- 8 - Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal.
- 9 - Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato.
- 10 - Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes.
- 11 - Caso o adjudicatário seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, devendo a obrigação de cumprimento da presente cláusula constar do contrato a celebrar entre o Adjudicatário e a entidade subcontratada.
- 12 - Caso haja cessão do contrato ou termine a vigência do mesmo, o contratante e subcontratantes, caso existam, comprometem-se a eliminar todos os dados pessoais a que teve acesso e remeter ao Município de Leiria declaração onde conste o dia e hora em que essa ação ocorreu.
- 13 - Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.
- 14 - Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.



## Capítulo V I- Resolução de litígios

### Cláusula 15.ª | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

## Capítulo VI - Disposições finais

### Cláusula 16.ª | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1 - É admitida a cessão da posição contratual pelo cocontratante, nos termos e com os limites previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

2 - A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

3 - Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos n.os 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.

4 - A subcontratação está vedada nas seguintes situações:

- a) Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
- b) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º;
- c) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

5 - A entidade adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

6 - Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente caderno de encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos subcontratados.

7 - O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

8 - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subcontratados.

### Cláusula 17.ª | **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

### Cláusula 18.ª | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### Cláusula 19.ª | **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação em vigor.



## Parte II - Cláusulas Técnicas

---

### Capítulo I - Disposições gerais do contrato a celebrar

#### Cláusula 1.ª | Bens a fornecer e respetivos valores estimados

1 - O contrato a celebrar prevê o fornecimento de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento públicos, com cartão eletrónico de abastecimento, nos seguintes termos:

- a) Gasóleo – estimativa total para os 24 meses = €314.010,00;
- b) Gasolina - estimativa total para os 24 meses = €103.008,00.

**TOTAL máximo: €417.018,00**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 - Os valores acima mencionados são meramente indicativos, sendo que o Município de Leiria não garante que seja adquirida a totalidade desse valor.

3 - Em caso algum o valor total estimado indicado no ponto 1 poderá ser ultrapassado.

### Capítulo II – Lote 1 – Requisitos e condições a cumprir nos termos do disposto no Acordo Quadro

#### Cláusula 2.ª | Condições de fornecimento (Lote 1 do Acordo Quadro)

1. A aquisição de combustíveis rodoviários em postos públicos de abastecimento, ao abrigo do Lote 1 do acordo quadro, deverá ser realizada de acordo com as condições definidas no caderno de encargos do acordo quadro e demais documentos contratuais, através de cartão eletrónico de abastecimento, com as funcionalidades previstas na Cláusula 3.ª do presente caderno de encargos (artigo 8.º do caderno de encargos do acordo quadro), sem encargos para o Município de Leiria.

2. Adicionalmente, as entidades fornecedoras deverão, sempre que um veículo seja abastecido, fornecer o respetivo talão com indicação, no mínimo, dos seguintes elementos:

- a) Identificação do número do cartão;
- b) Identificação do Município de Leiria;
- c) Identificação do veículo;
- d) Indicação do número de quilómetros à data do abastecimento;
- e) Data, hora e local de abastecimento; e
- f) Identificação do produto abastecido e respetivas quantidades.

#### Cláusula 3.ª | Emissão de Cartão Eletrónico de Abastecimento (Lote 1 do Acordo Quadro)

1. A aquisição de combustíveis rodoviários em postos públicos de abastecimento, ao abrigo do Lote 1 do acordo quadro, obriga à emissão pela entidade fornecedora de um único cartão eletrónico de abastecimento por viatura, sem custos para o Município de Leiria.

2. A entidade fornecedora deve disponibilizar nas instalações do Município de Leiria os cartões eletrónicos no período máximo de 8 (oito) dias úteis, após a requisição dos mesmos.

3. Em caso de dano ou extravio do cartão, o Município de Leiria comunicará à entidade fornecedora a ocorrência do facto por telefone e posteriormente por escrito, que deverá de imediato proceder ao cancelamento do cartão em causa.

4. Cabe à entidade fornecedora a responsabilidade pela utilização abusiva do cartão após a comunicação efetuada nos termos do número anterior.

5. As emissões de segunda via do cartão, até um máximo de uma emissão anual por cartão, não têm um custo adicional para o Município de Leiria, sendo que a entidade deverá referir na sua proposta o custo da 3.ª via anual de cartão.

6. Os cartões eletrónicos de abastecimento devem prever os seguintes requisitos e funcionalidades:

- a) Associação a uma viatura, através da identificação pela matrícula;



- b) Associação ao Município de Leiria, através da identificação pela designação da entidade e por código unívoco, que permita identificar o Município de Leiria;
- c) Associação a um número de contrato;
- d) Ter obrigatoriamente número e um código secreto (PIN);
- e) Possibilidade de fixar um limite de abastecimento em valor;
- f) Possibilidade de limitar a um ou mais tipos de combustíveis;
- g) Obrigatoriedade de registo da quilometragem no momento do abastecimento;
- h) Contabilização do número de quilómetros entre abastecimentos;
- i) Registo dos consumos, com os seguintes dados:
  - I. Data, hora e local (posto, localidade) do abastecimento;
  - II. Identificação do produto e da quantidade abastecida; e
  - III. Preço de referência por litro praticado no momento do abastecimento;
- j) Possibilidade de inibição de um cartão;
- k) Possibilidade de extração de informação para um formato de ficheiro XML ou compatível com folhas de cálculo.

#### Cláusula 4.ª | Níveis de serviço (Lote 1 do acordo quadro)

1. O Município de Leiria deve comunicar à entidade fornecedora, o mais rápido possível, qualquer anomalia resultante do abastecimento dos produtos que compõem o Lote 1 do Acordo Quadro.
2. Quando a anomalia for imputável à entidade fornecedora, esta fica obrigada a suportar os custos inerentes à reposição das condições de utilização do(s) veículo(s) que existiam anteriormente à ocorrência da anomalia.
3. Para além dos custos referidos no número anterior, pode ser exigida à entidade fornecedora uma indemnização pelos custos incorridos e prejuízos causados a pessoas, produtos ou pela inoperacionalidade do veículo.
4. A entidade fornecedora deverá disponibilizar os serviços adequados para reporte de anomalias resultantes do abastecimento, esclarecimento de eventuais dúvidas e, se for o caso, solicitação de apoio técnico, durante os dias úteis no período das 09h00 às 17h30, que deverá assegurar:
  - a) Contactos telefónicos específicos (por assunto);
  - b) Um endereço de correio eletrónico; e
  - c) O registo, com um identificador único, de qualquer ocorrência comunicada, devendo estas constar nos relatórios de níveis de serviço previstos no presente caderno de encargos.
5. A entidade fornecedora obriga-se, com a periodicidade e formato definido, a apresentar os relatórios de gestão acordados, nos termos do caderno de encargos do acordo quadro.

#### Cláusula 5.ª | Emissão de Relatórios de Gestão (Lote 1 do acordo quadro)

- 1 - É obrigação do adjudicatário remeter ao Município de Leiria os relatórios de gestão que constam dos números seguintes.
- 2 - Os relatórios de gestão incluem:
  - a) Relatórios de faturação; e,
  - b) Relatórios de níveis de serviço.
- 3 - Os relatórios de faturação, a que se refere a alínea a) do n.º 2 da presente cláusula, são substituídos pela própria fatura emitida mensalmente, que deve conter os seguintes dados:
  - a) Identificação do número do contrato;
  - b) Identificação do Município de Leiria;
  - c) Identificação do número do cartão;
  - d) Identificação do veículo;
  - e) Localização do posto de abastecimento;
  - f) Data e hora do abastecimento;



- g) Identificação do produto abastecido e respetivas quantidades;
- h) Quilometragem no momento de abastecimento;
- i) Número de quilómetros entre abastecimentos;
- j) Identificação de possíveis irregularidades no abastecimento; e
- k) Número total de cartões eletrónicos de abastecimento emitidos.

4. Os relatórios de níveis de serviço, a que se refere a alínea b) do n.º 2 da presente cláusula, devem incluir os seguintes dados:

- i. Tipo de combustível e quantidades entregues;
- ii. Identificação das ocorrências reportadas pelo Município de Leiria;
- iii. Número total de cartões eletrónicos de abastecimento emitidos;
- iv. Entre outros.

5. A entidade fornecedora deve enviar os relatórios de gestão previstos no n.º 2 da presente cláusula, no prazo de 15 (quinze) dias após o final do trimestre a que diz respeito.

6. Considera-se não apresentação definitiva dos relatórios de gestão, o seu não envio para além de 30 (trinta) dias, a contar dos prazos previstos nos números anteriores.

7. Sem prejuízo do disposto no artigo 20.º no caderno de encargos do acordo quadro, o não envio dos relatórios ou a falta de observância da informação solicitada, suspende os pagamentos devidos pela entidade adquirente, até à regularização da situação em causa.

8. Os relatórios referidos nos números anteriores deverão ser fornecidos em formato eletrónico apropriado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL/A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA,